

Resenha do livro: PINTO, G. A. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Resenha de Roney Gusmão do Carmo¹

O autor debate a história do sistema capitalista no século XX, tendo a categoria trabalho como ponto de partida para a análise. Inicialmente, apresenta o conceito de trabalho que, na ótica do autor, é uma atividade composta por “planejamento”, “execução” e processamento do meio, capaz de diferenciar o homem dos demais seres vivos. Contudo, o que cabe chamar atenção é que o próprio desenvolvimento da habilidade de trabalhar permitiu surgir estruturas complexas de pensamentos, cujo resultado foi o ordenamento de todas as esferas da vida das sociedades humanas.

Com o desenrolar da história, o trabalho se manteve como base da sobrevivência humana, mas também como componente central na composição das classes sociais e do próprio senso de identidade dos sujeitos. Nesse contexto, o trabalho assume também a sua feição de negatividade, sendo parte integrante dos mecanismos de concentração de poder e riquezas, empurrando grandes contingentes da população à marginalidade, sob condições calamitosas de exclusão, exploração e violência. Paralelamente a esta realidade, os proprietários dos meios de produção criam continuamente novos mecanismos de organização das atividades de trabalho com vistas à maximização de lucros e redução de custos, acirrando a exploração da classe trabalhadora.

Para análise das relações trabalhistas traçadas no curso do século XX, o autor dividiu a obra em nove capítulos. No Capítulo I apresenta uma introdução sobre o conceito de trabalho e a pertinência do seu estudo para a compreensão das relações sociais desenhadas no capitalismo. No Capítulo II, com o título “Origens da expressão ‘organização do trabalho’”, o autor salienta como as formas de produção capitalista foram inferindo cada vez mais complexidade à organização do trabalho. Nesse cenário, as relações de trabalho foram postas em pauta como objeto do conhecimento humano inserido na arena de disputa política e econômica. Entender essa lógica se tornou um importante mecanismo de controle social, econômico e político da classe trabalhadora, garantindo a acumulação de capitais.

Essa realidade pôde ser constatada no final do século XIX, quando a exponencial concentração de capitais faz emergir uma ampla diversidade de ramos industriais, favorecendo também a formação de monopólios e oligopólios transnacionais. Situação que, ao seu turno, amplia a agressividade dos mecanismos de controle sobre o trabalho humano, visando aumentar a produção, padronizar qualidade e reduzir drasticamente os custos da produção. Aliada a este processo, houve a evolução das técnicas de produção, combinada com desenvolvimento científico e mecanização das atividades de trabalho. Essas estratégias de desenvolvimento tecnológico consolidaram a organização do trabalho enquanto área de conhecimento humano, proliferando estudos acerca dos sistemas de organização do trabalho.

No capítulo III, “O sistema Taylor”, fica caracterizado os impactos das obras de Frederick Winslow Taylor (1856-1915), intituladas “Princípios de administração científica” (1911) e *Shop management* (1910). Chamado de “pai da administração científica”, Taylor preconizou a divisão “técnica” do trabalho humano dentro da produção industrial, cuja meta assentava na busca por tornar o processo produtivo mais ágil pela subdivisão de funções, tanto na produção, como na administração. Este processo permitiria que cada funcionário cumprisse as tarefas que lhe foram designadas, com o mínimo de

conhecimentos. Na lógica taylorista, toda a complexa análise e planejamento do sistema produtivo ficam a cargo particular do sistema administrativo.

Seguindo a sequência de paradigmas, o Capítulo IV aborda “O sistema fordista”, introduzido por Henri Ford (1841-1925), no qual fez uso da concepção taylorista como base para construção da linha de montagem em série nas fábricas de automóveis na cidade de Detroit em 1913. O objetivo do fordismo consistiu em ampliar a produção nas linhas de montagem, tendo em vista a produção de mercadorias estandardizadas para o consumo em massa. Para cumprimento desta meta, estabeleceu-se a divisão de atividades entre trabalhadores posicionados na linha de produção em série. Ao longo dessa linha, diversas funções eram aplicadas à transformação da matéria-prima no produto destinado ao consumo, fato este que reduziu as tarefas à maior simplicidade possível, pelo aumento da especialização das atividades de trabalho. Nesse sistema, a criatividade dos trabalhadores foi anulada, bem como qualquer possibilidade de interferência no processo produtivo, dispensando, portanto, qualquer potencial, qualquer habilidade pessoal dos profissionais envolvidos no processo.

Em suma, os objetivos do fordismo continuaram a ser semelhantes aos de Taylor: “a ‘limpeza’ dos locais de trabalho e da mente dos trabalhadores enquanto aí estiverem, a clareza dos objetivos e das tarefas, a extrema simplificação e uniformização do trabalho a um plano que possibilitasse uma automação mais abrangente, elevando o controle do ritmo...” (p. 40).

Na sequência, o Capítulo V apresenta “A reestruturação produtiva” enquanto resposta à obsolescência dos sistemas produtivos anteriores. Os impactos no aumento geral dos preços do petróleo em 1973 e 1979 acentuaram a instabilidade macroeconômica e gerou maior prudência nos investimentos produtivos industriais. Diante de tais transformações, as indústrias reajustaram suas estratégias, substituindo a padronização em larga escala pela incorporação da tecnologia e tentativa de personalização de seus bens produzidos.

O método desenvolvido pela *Toyota Motor Company*, no Japão (desde a década de 1950) configurou-se num sistema capaz de ilustrar os novos arranjos sinalizados pela produção capitalista, onde o sistema *just-in-time* superou a produção fordista em larga escala. A “empresa enxuta” traz novos objetivos ao cenário capitalista: “a flexibilização dos mercados de trabalho, das relações de trabalho, dos mercados de consumo, das barreiras comerciais, do controle da iniciativa privada pelo Estado...” (p. 47). Todas essas mudanças na ordem econômica somente foram possíveis mediante largas flexibilizações nas políticas estatais de diversas nações, que minimizaram barreiras institucionais para o sistema de livre mercado.

O Capítulo VI discute “A obsolescência do taylorismo/fordismo”. Para o autor, a racionalização exclusivamente “técnica” preconizada por Taylor e Ford resultou em imensos processos de “racionalização social”, relegando a classe trabalhadora à crônica subordinação ao automatismo mecânico, com extrema “negação da natureza humana, em face do aumento da riqueza material e de poder político, que lhe eram expropriados pela classe detentora dos meios de produção”. (p. 54). Esses sistemas, na tentativa de evitar qualquer manifestação contra a exploração, buscaram considerar os trabalhadores como “fatores humanos”, cujas ações deveriam ser controladas e, quando indesejáveis, banidas. Este fato permite constatar que as proposições tayloristas/fordistas eram meras “simulações” da cotidianidade dos trabalhadores, fato que desvenda o “interesse científico” de Taylor voltado à obtenção da mais-valia.

O Capítulo VII é voltado à análise do “Sistema de Ohno – ou toyotista”, no qual Pinto aborda os elementos principais que têm caracterizado o toyotismo. Para o autor, este modelo produtivo se assenta na produção em menor escala – segundo a demanda, banindo o desperdício e o estoque – e na rigorosidade do controle da qualidade da mercadoria, pelo uso intenso de tecnologia, o que também reduz a admissão de trabalhadores. Na tentativa de diminuir ao extremo os custos da produção, busca contratar trabalhadores polivalentes, ou seja, pessoas capazes de desempenhar múltiplas funções no transcorrer de todas as etapas do processo produtivo. Tal concepção muito se contrapunha às ideias de Taylor e Ford, no momento em que Ohno buscou promover a “desespecialização”, priorizando trabalhadores mais qualificados para controle do processo.

Na sequência, o autor finaliza o livro com o Capítulo VIII, cujo título é “Coação e consentimento sob a organização flexível” e o Capítulo IX com palavras conclusivas. No corpo dos textos finais, ficam claros os efeitos da reestruturação produtiva para a classe trabalhadora, uma vez que o sistema flexível de organização permitiu o maior controle patronal sobre os trabalhadores, por um modelo de “gerência por estresse” (p. 75). A própria rotatividade de funcionários no interior das muitas células de produção deixa clara a necessidade de polivalência, resultando em frequentes crises de adaptação. Além disso, a própria estrutura de trabalho força os trabalhadores a se fiscalizarem mutuamente, resultando numa coação coletiva “em nome da empresa” (p. 77).

Como resultado, extensos critérios de admissão foram lançados no mercado de trabalho, cujas características insinuam um “tipo ideal de trabalhador” (p. 80). Tais pré-requisitos, na verdade, implicam na aceitação do ritmo acelerado de trabalho e com a supervisão contínua sofrida por estes trabalhadores, cujo lema se restringe às elevações da lucratividade da empresa. Partindo dessas prerrogativas, tornou-se insustentável a ideia de que o sistema Ohno poderia aumentar o tempo livre do trabalhador e melhoria da qualidade de vida, uma vez que o controle das atividades pessoais e profissionais parece estar cada vez mais “subordinadas aos ditames da acumulação do capital.” (p. 82).

¹ Mestrando pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.